



Universidade Federal Rural de Pernambuco

Departamento de História

Licenciatura em História

**A AÇÃO DA PROVIDÊNCIA DIVINA EM “O VALEROSO LUCIDENO
E TRIUNFO DA LIBERDADE”, DO FREI MANOEL CALADO**

Gleyson Maurício Lima da Silva

RECIFE

2025

GLEYSON MAURÍCIO LIMA DA SILVA

**A AÇÃO DA PROVIDÊNCIA DIVINA EM “O VALEROSO LUCIDENO
E TRIUNFO DA LIBERDADE”, DO FREI MANOEL CALADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado á Licenciatura Plena em História do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

RECIFE

2025



Banca Examinadora

Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva
(UFRPE)

Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes
(UFRPE)

Prof. Me. Arthur Feller Rigaud Cardoso
(UFRPE)

A AÇÃO DA PROVIDÊNCIA DIVINA EM “O VALEROSO LUCIDENO E TRIUNFO DA LIBERDADE”, DO FREI MANOEL CALADO

Resumo: O presente artigo almeja avaliar os relatos de manifestações miraculosas descritos na obra do Frei Manoel Calado, com o objetivo de compreender de que forma estes relatos reforçam a crença da intervenção divina na legitimação da Restauração de Pernambuco, já inserida na tradição providencialista portuguesa. Para tanto, estrutura-se a partir da contextualização histórica que levou à invasão dos neerlandeses, apresenta quem é o autor, sua obra e outras fontes contrastantes da época. Ao final desenvolve uma análise da fonte a partir de episódios relatados e interpretados pelo autor sob o prisma do providencialismo como recurso político estratégico panegírico, isto é, de promoção da imagem, bem como da concepção cristã de guerra justa.

Palavras-Chave: Providencialismo. Guerra Holandesa. Restauração Pernambucana. Milagres. Guerra Justa.

Abstract: This article aims to evaluate the accounts of miraculous manifestations described in the work of Frei Manoel Calado, with the objective of understanding how these narratives reinforce the belief in divine intervention in the legitimization of the Restoration of Pernambuco, already embedded in the Portuguese providentialist tradition. To this end, the study is structured around the historical context that led to the Dutch invasion, presenting the author, his work, and other contrasting sources from the period. Lastly, the article develops an analysis of the primary source based on episodes narrated and interpreted by the author through the lens of providentialism as a political and panegyric strategy — that is, aimed at promoting the image of the cause — as well as the Christian conception of just war.

Keywords: Providentialism. Dutch War. Pernambucan Restoration. Miracles. Just War.

“Não voltarão a contaminar-se com seus ídolos imundos, com suas abominações e com todas as suas transgressões. Salvá-los-ei das suas apostasias com que pecaram e os purificarei, para que sejam o meu povo e eu seja o seu Deus”

EZEQUIEL 37:23 (Bíblia de Jerusalém)

Introdução:

Desde os tempos mais remotos, batalhas, guerras e conflitos motivados por concepções religiosas divergentes ocorrem, seja como pretexto para alcançar outros objetivos, ou como causa principal. No século XVI, o grande cisma da Igreja Católica iniciado pela Reforma Protestante dividiu a cristandade, cujo grande inimigo até então, havia sido os islâmicos. Num contexto de expansão ultramarina, esta separação elevou os conflitos a um patamar de guerra global. A união das duas maiores potências bélicas e marítimas da época em uma única monarquia, teve seu monopólio desafiado pelas potências protestantes em ascensão, os Países Baixos e o futuro Império Britânico. Assim, batalhas e conflitos se desenrolaram em todos os continentes conhecidos à época. O presente artigo, desse modo, tem por objetivo analisar os relatos de um frade que, inserido neste contexto, presencia em primeira mão o desenrolar de um desses conflitos, a reconquista das capitanias da América Portuguesa.

Escrito no século XVII, no período da Restauração Pernambucana, compreendida entre os anos de 1645 e 1654, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* é uma obra de fôlego. Muito embora o Frei Calado tenha escrito seu tratado a partir de 1645, descrevendo os acontecimentos desde a invasão dos Países Baixos a Pernambuco e outras capitanias do Brasil, encerra em meados de 1646 quando retorna a Portugal para publicação da primeira parte do seu livro, ficando sem continuação. Buscar-se-á, portanto, analisar os recursos narrativos utilizados pelo Frei Calado dos relatos de intervenção e manifestação do divino nos eventos humanos, destacando como, sob sua ótica, apesar das maquinações humanas na política e na guerra, a condução da história é feita pela providência divina. O autor fundamenta seu tratado prioritariamente nesta retórica providencialista, em detrimento a uma abordagem secular, com determinantes políticos, econômicos e sociais.

Para tanto, foi instrumentalizada uma base historiográfica de autores como Evaldo Cabral de Mello, Ronaldo Vainfas, Charles R. Boxer, José Antônio Gonsalves de Mello e Kleber Clementino. Esses e outros autores foram importantes ao exame do contexto histórico dos séculos XVI-XVII, para a compreensão das causas do interesse neerlandês¹ no Brasil como

¹ Optou-se, neste trabalho, pelo uso do termo “neerlandês” em lugar de “holandês”, uma vez que este último, embora consagrado no uso corrente, refere-se tecnicamente apenas à província da Holanda (dividida entre Holanda do Norte e Holanda do Sul), enquanto o termo “neerlandês” designa de forma mais precisa o conjunto

alvo de uma invasão estrategicamente coordenada, inserida num contexto de guerra global como interpretado por Boxer, e do próprio período da conquista e governo da província neerlandesa. Mas também na compreensão dos propósitos do livro do Frei Calado no contexto do século XVII, um panegírico que visou a promoção de sua imagem como agente atuante na guerra, bem como a de figuras como Fernandes Vieira. Ademais, a interpretação de Cabral de Mello da obra como parte da construção de um imaginário da Restauração Pernambucana, foi de fundamental importância à conclusão do artigo.

Dessa forma, este trabalho tem como fonte principal de análise qualitativa, a obra *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, do Frei Manoel Calado do Salvador. Os diversos relatos e descrições de sinais, sonhos, aparições e intervenções miraculosas em importantes momentos da guerra da Restauração Pernambucana são, portanto, o objetivo de estudo deste trabalho, que levanta algumas modestas indagações a esse respeito. Buscaremos, desse modo, compreender de que maneira as manifestações miraculosas relatadas em *O Valeroso Lucideno* reforçam a crença na intervenção divina na história. Qual é o papel das manifestações miraculosas no discurso providencialista de Frei Manoel Calado? E como o Frei Manoel Calado utiliza os relatos de manifestações miraculosas para legitimar a Restauração Pernambucana?

Da Monarquia Dual à Invasão dos Países Baixos:

Para que seja possível compreender a invasão dos neerlandeses ao Brasil, será preciso recuar algumas décadas para que possamos entender de que forma foi possível a um pequeno grupo de províncias subordinadas desafiar o poderio da grande potência imperial do século XVI, a Espanha. Em 1555, Felipe II, rei da Espanha, herdou uma grande possessão de territórios e províncias de seu pai, Carlos V, do Sacro Império Romano Germânico. Contudo, Felipe não herdou apenas a opulência do Império, mas também os desafios administrativos e imperiais. Para Sanchez, a ambição de seu pai era a unificação da Europa e a criação de um império universal, aos moldes do longínquo modelo imperial romano. Mas seu desejo não logrou êxito, tão logo surgiu a Reforma Protestante, gestando uma série de conflitos, revoltas e cismas na Europa e no mundo². Não obstante, ao subir ao trono, Felipe II apresentava-se como defensor ferrenho da fé católica e da cristandade.

das Províncias Unidas dos Países Baixos, isto é, o Estado neerlandês como um todo. Assim, “neerlandês” constitui uma denominação mais abrangente e historicamente adequada para se referir aos invasores do Brasil no século XVII, pois a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) representava os interesses coletivos da República das Províncias Unidas, e não apenas da província da Holanda.

² SANCHEZ, Luis. *O Velho Império de Carlos V*. Revista de História da USP, v. 3, n. 7, 1951, p. 66-69.

Quando o calvinismo, vertente radical do protestantismo, penetrou nos Países Baixos e começou a expandir significativamente seu número de adeptos, Felipe passou a expedir uma série de éditos repressivos e punições inquisitoriais, com o objetivo de frear o avanço protestante em seus domínios³. Essas medidas, no entanto, levaram ao desejo latente das elites neerlandesas de insurreição e separação do julgo espanhol. Assim, quando em 1567, Filipe enviou o general Fernando Álvares de Toledo, o duque de Alba, para administrar a província dos Países Baixos, com o objetivo de aplicar as punições mais severas aos iconoclastas, revoltosos e propagadores da fé protestante, uma revolta se instaurou⁴. Guilherme I, príncipe da Casa Orange-Nassau, juntamente com outros nobres reagiram. Como resultado, tendo-se chegado ao limite das relações entre a nobreza neerlandesa e os atos Filipe II, deu-se início a luta pela independência dos Países Baixos que se estendeu de 1568 a 1648, conflito que ficou conhecido como a Guerra dos Oitenta Anos⁵.

Entrementes, uma crise se instalou em Portugal em 4 de agosto de 1578, quando o rei Dom Sebastião, ainda muito jovem, morreu na Batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos. De imediato, subiu ao trono o cardeal D. Henrique, tio-avô do falecido rei. Vindo a falecer apenas dois anos depois, legando uma disputa entre vários candidatos à coroa, embora apenas três tenham sido seriamente cotados à sucessão, a saber D. Antônio, prior do Crato, D. Catarina de Bragança e Felipe II⁶. A sucessão é definida politicamente, mas também militarmente. Embora pesasse a sustentação legal, Felipe II invadiu Portugal com tropas do duque de Alba, o mesmo comandante militar das batalhas nos Países Baixos, neutralizando a resistência do Prior do Crato, unindo as duas coroas e dando origem a União Ibérica que se estendeu de 1580 a 1640.

Desse modo, Cardim afirma que a atitude de Felipe II oscilou entre a conquista, uma vez que houve luta armada, e a conciliação, ao passo que dialogou com os três estados (o clero, a nobreza e o povo), estabeleceu compromissos, e manteve os territórios juridicamente separados⁷. Em consequência desse fato, Portugal passa a fazer parte de um império ainda maior, com uma economia mais robusta e auxílio político-militar. Por outro lado, toma parte

³ DURANT, Will. *A História da Civilização: Começa a Idade da Razão*, vol. 7, Rio de Janeiro: Editora Record, 1961, p. 394.

⁴ Ele instituiu um instrumento de controle e repressão chamado de “Conselho dos Distúrbios”, mas apelidado pelos neerlandeses de “Conselho de Sangue”.

⁵ DURANT, *A História da Civilização: Começa a Idade da Razão*, p. 402-403.

⁶ RAMOS, Rui; SOUZA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, Cap. III – Um Destino Peninsular: Portugal e Castela (1557–1580) – O Cardeal-rei e Filipe II (1578–1580).

⁷ CARDIM, Pedro. *Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I*. In: MARQUES, João Francisco (org.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 277-279.

nos conflitos em curso com a Espanha, herdando os mesmos inimigos. Desse modo, a União Ibérica, ao tornar Portugal e suas colônias extensão do império espanhol, passou a ser alvo dos neerlandeses e como parte mais vulnerável da união entre duas Coroas, Portugal teve maiores prejuízos em relação a Castela devido aos ataques do poder marítimo neerlandês, que o sobrepujava⁸.

Com maior frequência, o Brasil passou a ser alvo de vários ataques de corsários durante o início da dupla monarquia, sofrendo saques e tendo várias perdas territoriais temporárias e permanentes⁹. No início do século XVII, os neerlandeses que já haviam desafiado o monopólio ibérico no Oriente através da Companhia das Índias Orientais (V.O.C ou *Vereenigde Oost-Indie Compagnie*), acataram o cessar fogo dos espanhóis, estabelecendo a Trégua dos Doze Anos (1609-1621). Foi neste período que germinou a ideia de uma nova Companhia, com foco no ocidente, cujo primeiro arquiteto foi Willem Usselinx.

As ideias de Usselinx a respeito da criação da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C ou *West Indische Compagnie*), que seria somente fundada após a Trégua dos Doze Anos, era moderada, mas exigia investimento e não logrou êxito¹⁰. O partido contrário às suas ideias, os remonstrantes, liderado por Johan van Oldenbarnevelt não estava interessado neste esforço, o foco seria então o Oriente e a manutenção das relações comerciais com os portugueses e espanhóis. No entanto, quando em 1619 Oldenbarnevelt e outros líderes remonstrantes, por motivos político-religiosos, foram condenados por alta traição pelo partido da guerra, liderados pelo príncipe Maurício de Nassau (filho de Guilherme I)¹¹, as ideias até então congeladas de Usselinx retornaram ao debate público, mas agora sob outro prisma, do confronto direto¹².

Todavia, antes do fim da Trégua dos Doze Anos, havia se iniciado na Europa neste mesmo período, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), opondo em mais um violento conflito político-religioso, potências protestantes e católicas, a qual viria se integrar as Províncias

⁸ BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português*, 1415-1815. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 119.

⁹ COSENTINO, Francisco Carlos. Mundo português e mundo ibérico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial 1580-1720*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 126.

¹⁰ BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, pp. 3-6.

¹¹ Neste ponto importa esclarecermos possíveis confusões na compreensão da Casa Orange-Nassau, pois mais à frente mencionaremos o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, governador do Brasil holandês, não se trata da mesma pessoa aqui citada. Em suma, Guilherme I de Orange-Nassau ou o Silencioso, é comumente conhecido como o fundador da Casa Orange-Nassau no período da Independência dos Países Baixos. Ele teve um filho que deu continuidade ao seu intento na Guerra dos Oitenta Anos, chamado Maurício de Nassau. Todavia, o Conde João Maurício, que governou o Brasil holandês, era filho de João VII de Nassau-Siegen, ou seja, uma ramificação da família (Casa) de Orange-Nassau.

¹² BOXER, *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*, pp. 6-8. - Os remonstrantes ou arminianos, eram uma facção protestante moderada em comparação aos calvinistas. Por outro lado, os contra-remonstrantes eram justamente os calvinistas ortodoxos, menos tolerantes com os católicos.

Unidas em oposição a Espanha e seus aliados¹³. Quando, enfim, em 1621, os planos para obliterar o monopólio ibérico no Ocidente foram sintetizados com a criação da W.I.C., a capitania sede do governo-geral das províncias da América Portuguesa foi o alvo, a Baía de Todos os Santos¹⁴. Em 1623, uma poderosa esquadra zarpuou da Holanda rumo a Bahia. Salvador foi conquistada em maio do ano seguinte, mas a resposta foi rápida e a reconquista veio logo no ano seguinte. Filipe IV da Espanha enviou uma esquadra ainda maior do que a dos neerlandeses, comandada por D. Fradique de Toledo, reconhecendo a importância daquela província para o império, juntamente com a resistência dos colonos na "Jornada dos Vassalos", foi possível frustrar os planos da W.I.C¹⁵.

A conquista das terras do Brasil teve que ser adiada pela Companhia, e, por algum tempo, a monarquia ibérica pôde respirar e comemorar a vitória que, no entanto, durou pouquíssimo tempo. Dois anos depois, os neerlandeses conseguiram obter recursos por meio do espólio da frota espanhola anual da prata, tornando possível a organização de uma nova investida, dessa vez a Pernambuco. Em 15 de fevereiro de 1630, os neerlandeses aportaram no litoral do nordeste brasileiro novamente, porém, dessa vez, logrando sucesso. Conquistaram rapidamente territórios e locais estratégicos como Recife, Olinda, Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, o Rio Grande do Norte e a Paraíba no intervalo de apenas de cinco anos.

Isso não significa dizer que não houve grande resistência, da qual ficou incumbido Matias de Albuquerque, em Pernambuco. Com a utilização de estratégias de guerrilha, os neerlandeses encontraram dificuldade para conquistar a capitania. Entre os locais de resistência, encontrava-se o Arraial do Bom Jesus, na Várzea do Capibaribe, Porto Calvo, na divisa com Alagoas e o Forte Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, ao sul do Recife. Na Paraíba, dois fortes se destacaram, o de Cabedelo e o de Santo Antônio. As esquadras enviadas da Espanha já não eram suficientemente fortes para frear a determinação e o investimento neerlandês na conquista, e o tempo de resposta não era adequado, afinal de contas, um fator deve ser considerado, o tamanho do império espanhol e as diversas guerras travadas naquele momento, como a já mencionada Guerra dos Trinta Anos na Europa. Em outras palavras, pairou o sentimento derrotista nos luso-brasileiros, a partir do qual muitos passaram a trair os portugueses (seja por sobrevivência ou por convicção), como fizeram Manoel de Moraes e

¹³ MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 3ª ed., São Paulo, Editora 34, 2007, p. 20.

¹⁴ MELLO, *Olinda Restaurada*, p. 20-21.

¹⁵ **VAINFAS, Ronaldo.** *Tempo dos Flamengos: A Experiência Colonial Holandesa*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Coleção O Brasil Colonial 1580-1720*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014, cap. 4, p. 230.

Domingos Fernandes Calabar¹⁶. E assim como numa fileira de dominó, peça a peça foi caindo e o avanço neerlandês se estabelecendo e se expandindo¹⁷.

Em 1637, aportava no Recife o Conde João Maurício de Nassau, figura chave na administração colonial neerlandesa do Brasil que logo se fez ser notado na província, alterando totalmente as expectativas por meio de sua condução relativamente tolerante e equilibrada. Já nos primeiros meses de sua chegada ao Brasil, expandiu as conquistas neerlandesas ao sul, atual Alagoas, fundando o Forte Maurício ao redor de Penedo; em novembro do mesmo ano, Sergipe del Rei e no mês seguinte o Ceará. Em 1641 conquistou o Maranhão e Angola, do outro lado do Atlântico. Até a Bahia foi alvo de suas ambições, mas resistiu, frustrando-o. Em suma, ele conseguiu expandir e anexar ainda mais territórios ultramarinos para a WIC.

No que se refere as contribuições do Conde de Nassau durante seu governo, elencaremos algumas, como o estabelecimento das “câmaras dos escabinos”, um órgão híbrido, cuja função era julgar causas civis e criminais, além de cuidar da administração municipal; a gestão dos conflitos entre comerciantes, lavradores e senhores de engenho; na engenharia e urbanismo, foi responsável pela construção de pontes e a Cidade Maurícia, na ilha de Antônio Vaz, bem como o palácio de Vrijburg e o Jardim Botânico. Ademais, patrocinou a viagem de diversos escritores, artistas e cientistas.

Mas a maior tensão que existia entre os moradores daquela província era de cunho religioso, haja vista a Guerra dos Trinta Anos que na mesma época estava em curso na Europa. Não obstante, ele estabeleceu um período de tolerância, concedendo liberdade à católicos, judeus e calvinistas para realizarem seus cultos e procissões. Em 1639, segundo o próprio Calado, esteve ele e outros padres isolados do povo na Ilha de Itamaracá, a mando do Supremo Conselho, por suspeita de conluio com campanhistas luso-brasileiros, visto que poderiam auxiliar a esquadra do Conde da Torre no ataque ao território neerlandês. Entretanto, o próprio governador João Maurício teria convidado Calado entre todos, para que morasse com ele na Cidade Maurícia, exercendo ali seu ofício a comunidade católica em território neerlandês, em virtude do respeito que Manoel Calado havia adquirido junto aos moradores luso-brasileiros e a estima que o governador tinha para com ele¹⁸.

Em suma, o governo de João Maurício foi o amálgama que estabeleceu a convivência entre os divergentes seguimentos da população, muito embora de forma alguma os conflitos

¹⁶ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 2, p. 14; O próprio Calado narra o estabelecimento dessas traições ainda no início da invasão, no processo de troca de informações através de embaixadores enviados do Arraial do Bom Jesus aos holandeses e vice-versa.

¹⁷ VAINFAS, *Tempo dos Flamengos*, p. 232-238.

¹⁸ BOXER, *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*, pp. 104; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954, p. 43-45.

tenham cessado neste período. Seu *modus operandi* logrou êxito na administração da província neerlandesa, cujo desafio de manter os ânimos apaziguados não poderia ser levado a cabo, se não por alguém que tivesse um tato político como o dele. Assim sendo, não é de se espantar que ao ser chamado para os Países Baixos em 1643 pelo Conselho dos XIX, adiando sua partida para o ano seguinte, tenha causado grande impacto nos diversos seguimentos sociais daquela província¹⁹.

Com a partida do Conde, os problemas existentes, mas reprimidos e controlados no período nassoviano, vieram à tona. Maurício de Nassau sempre alertou seus superiores nos Países Baixos a respeito do risco de sublevação nas províncias. Ainda assim, o Conselho dos XIX subestimou os luso-brasileiros, uma vez que Portugal não tinha força militar suficiente para defender todas as suas possessões e sua própria fronteira. Afinal, havia acabado de reconquistar sua independência e não podia lidar com os dois grandes impérios marítimos naquele momento. Apelando à Coroa portuguesa para a diplomacia, entretanto, os neerlandeses não quiseram ceder os territórios ultramarinos lusitanos.

Desse modo, ao apostar na vulnerabilidade do Império Português e subestimar a gravidade das fragilidades que havia na província do Brasil Neerlandês²⁰, os diretores da WIC não só autorizaram a redução do poderio militar e naval da província, como também pressionaram a população luso-brasileira a quitar suas dívidas (contraídas a partir dos leilões das terras conquistadas pela WIC). Assim, em 13 de junho de 1645, tiveram que lidar com a revolta outrora enfatizada pelo ex-governador neerlandês. Encabeçada por João Fernandes Vieira, a Insurreição Pernambucana não contou com a ajuda direta da Coroa portuguesa, tampouco com recursos bélicos suficientes para enfrentar os neerlandeses, argumento que seria utilizado para salientar o auxílio divino na obra de Calado. Portanto, entre 1645 e 1654, os valerosos luso-brasileiros travaram uma guerra pela Restauração de Pernambuco (e demais territórios sob posse dos neerlandeses), denominada, à época, “Guerra da Liberdade Divina”, expressão que enfatiza a noção de uma guerra santa, guiada pela providência e fundamentada na expulsão do infame, iconoclasta e herege protestante²¹.

O Autor, a Obra e a Historiografia:

¹⁹ BOXER, *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*, pp. 219-220.

²⁰ No final do governo de Maurício de Nassau, mas sobretudo após sua partida, a situação econômica da província encontrava-se em frangalhos, como nos explica Boxer e Vainfas. A diminuição da exportação do açúcar por um lado, aumento do tráfico de escravos por outro, ao mesmo tempo em que houve o declínio dos lucros da WIC e o aumento das dívidas dos produtores de açúcar. Assim, eram pressionados os luso-brasileiros detentores das terras adquiridas através dos leilões da WIC, muitos deles possuíam dívidas exorbitantes que não conseguiam pagar, como era o caso de João Fernandes Vieira. Não ignorando também os problemas sociais, como o expressivo antagonismo religioso.

²¹ VAINFAS, *Tempo dos Flamengos*, p. 253-256; BOXER, *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*, pp. 232-234.

O Padre Mestre Frei Manoel Calado, também referido como P. Frei Manoel Calado do Salvador, nasceu por volta de 1584, em Portugal na Vila Viçosa, Alentejo, tornou-se religioso da Ordem de São Paulo dos eremitas da Serra d'Ossa, Évora, em 1607. Seus estudos e formação acadêmica foram financiados pelos Duques de Bragança. Ele relata que, ainda jovem, aprendeu latim nas aulas de gramática e retórica que tinha com os mestres da Ordem de Santo Agostinho. Quando certa vez D. Teodósio o avistou a resolver certo enigma, encantou-se por sua graça e desenfado e achou oportuno mandá-lo para a Universidade de Évora para que lá estudasse lógica e filosofia, tornando-se também Mestre em Artes ²².

Não à toa, ele dedica sua obra à monarquia lusitana dos Bragança, em especial ao então futuro rei de Portugal, D. Teodósio, filho de D. João IV. Manoel Calado teria aportado no Brasil por volta de 1624, permanecendo por cerca de 23 anos, quando então regressou a Portugal para publicar *O Valeroso Lucideno* em 1646. O ano em que chegou à América Portuguesa coincide com a primeira invasão neerlandesa em Salvador, na Bahia, onde inicialmente residiu, ocasião em que foi preso pelos neerlandeses. Todavia, quando houve a segunda invasão, dessa vez à capitania de Pernambuco, encontrava-se Calado em situação próspera, residindo próximo à povoação de Porto Calvo, onde teve o primeiro contato com os neerlandeses desde a invasão de 1635²³.

O Frei Calado ministrava missas, pregava e administrava os sacramentos nas casas dos moradores da povoação, na qual ainda não havia igrejas. Quando os neerlandeses expandiram suas conquistas e chegaram a Porto Calvo, em 1635, expulsaram os moradores, dando-lhes um prazo para que se retirassem e povoassem outras regiões, foi ao padre Calado que os moradores recorreram e dele receberam a coragem para resistir e não abandonar sua terra. Calado não só conclamou os residentes a pegarem em armas e defenderem seu território por meio de emboscadas ao invasor, como também prometeu suprir suas necessidades, provendo-lhes comida e água em abundância, indicando a fausta situação em que se encontrava²⁴.

Trata-se, portanto, de uma figura histórica que assumiu diversos papéis na guerra, como guerrilheiro, pregador, poeta, confessor, tendo inclusive sido, como ele alega, o confessor de Calabar em seus momentos finais. Assim, Calabar foi peça-chave para os neerlandeses em suas primeiras conquistas, tendo mudado de lado durante a guerra, compartilhando informações²⁵. Mas, de longe, sua principal contribuição foi a crônica (definida por ele como tratado) que

²² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954, p. 27-29.

²³ MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 29; BRITO, Sylvania Brandão Ramalho de. *A Dialética do Castigo: Histórias de um Frade no Brasil Holandês*. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 2012, p. 80.

²⁴ CALADO, Frei Manuel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 1ª ed. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648, livro I, cap. 3, p. 26-27.

²⁵ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 2, p. 21.

escreveu sobre a guerra, com o intuito de angariar o favor do rei, visto que após a consolidação dos holandeses e a Restauração Portuguesa, as províncias do norte ficaram praticamente à própria sorte.

Ademais, Calado opôs-se fervorosamente ao domínio holandês, mas houve quem desconfiasse de sua conduta, principalmente no período nassoviano (1637-1644), como já descrito, em que o Frei Calado foi convidado pelo próprio governador João Maurício de Nassau a residir na Cidade Maurícia, estabelecendo um relacionamento estreito com ele. A desconfiança do bispo do Brasil, D. Pedro da Silva e Sampaio, levou a um processo de investigação, no qual foram registradas imputações leves, como favores e regalias que este vinha obtendo da proximidade que tinha com Nassau, e graves, como possíveis maquinações junto aos neerlandeses, sugerindo traição²⁶.

Entre as acusações sofridas por Calado, descritas nas páginas dos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, o padre João Dias relatava que Calado confessava e sacramentava todas as pessoas sem distinção. Em outras palavras, afirma-se que ele ministrava os sacramentos católicos até mesmo entre os hereges. Outro exemplo, desta vez uma acusação mais grave do Capitão Rodrigo de Barros, aponta Calado como traidor, visto que vivia entre os quartéis holandeses “exortando-os e animando-os” a pegarem em armas contra os luso-brasileiros, imputando-se a alcunha de traidor. E ainda diversas outras acusações. Não obstante, segundo Costa, o Tribunal do Santo Ofício não moveu um processo efetivo contra o frade que, de fato, viveu entre os dois “brasis”, por assim dizer, mas que no final das contas, manteve-se fiel ao catolicismo²⁷.

Quanto à sua obra, a partir de elementos do texto que nos situam temporalmente, Mello afirma que o livro teria sido escrito entre o final de 1645 e meados de 1646, quase como um diário em que registrava tanto os fatos que presenciara em anos anteriores, quanto os eventos que acompanhava no momento da escrita²⁸. O propósito do livro ele apresenta no prólogo, expressando por que decidiu escrever livro:

importunações de amigos, e obrigado do amor da Pátria, e levado do primor e timbre do nome Português; e sobretudo, por acudir por honra e infalível palavra e nome de S. Magestade, e dar alento aos moradores de Pernambuco, para levarem com suavidade a carga dos trabalhos e o peso da guerra. Para aliviarem com suavidade o peso dos trabalhos e os perigos da guerra, na qual andam em ronda viva de dia e de noite, para libertar a terra das mãos dos holandeses: tomei a pena na mão para escrever

²⁶ COSTA, R. DE C. R. DA. *Frei Manoel Calado entre católicos e calvinistas: intolerâncias religiosas em territórios coloniais neerlandeses do século XVII (1630-1654)*. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 20, n. 63, 14 ago. 2024, p. e206306, p. 4; MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 46-47;

²⁷ COSTA, *Frei Manoel Calado entre católicos e calvinistas*, p. 5-13.

²⁸ MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 10.

este tratado, como testemunha ocular, pois, em companhia dos tristes e aflitos moradores daquela província, como amigo e fiel companheiro, me achei presente, com a espada em uma mão e a língua ocupada na propagação e defesa da Fé Católica²⁹.

Afirma ainda que talvez não seja o escritor mais qualificado para tal, porém defende que há uma grande diferença entre aquele que escreve com base no que ouviu falar, e aquele que escreve como testemunha dos fatos, uma vez que foi partícipe dos eventos descritos, o que avulta o valor dos seus relatos. Ao retornar à Portugal, em 1646, sua obra passa pelo exame do Santo Ofício, do Ordinário e da Mesa do Paço, sendo no ano seguinte autorizada sua publicação. Assim, em 1648, é publicado *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade*, em edição luxuosa de colunas duplas por Paulo Craesbeeck, alcançando sucesso e tornando Manoel Calado autor conhecido, referência na historiografia luso-brasileira.

No que se refere às principais fontes da época que retratam este período, publicadas entre as décadas de 1640 e 1670, são (além do *Valeroso Lucideno*): as *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, a *Nova Lusitânia ou História da Guerra Brasilica* (1676), de Francisco de Brito Freyre e o *Castrioto Lusitano* (1679), de frei Rafael de Jesus. Ainda uma outra obra, não menos importante, mas que fora publicada *a posteriori*, *História da Guerra de Pernambuco*, em 1875, de Diogo Lopes de Santiago, da qual suspeita-se que tenha circulado na época. As obras que cobrem o amplo período que vai da Guerra de Resistência (1630-37), Nassoviano (1637-44) e da Insurreição (1645-54), enaltecem a figura de certos heróis, cujo principal deles é João Fernandes Vieira, a quem é feito menção no título do *Valeroso Lucideno*. Ele é enaltificado nas obras de Calado, Rafael de Jesus e Santiago como “Governador da Liberdade”, o qual teria, possivelmente, promovido ou encomendado tais obras³⁰.

Para Gonsalves de Mello, há uma escassez de obras escritas por contemporâneos da Restauração Pernambucana, dando importância aos autores supracitados Calado, Santiago e Rafael de Jesus, sendo o primeira testemunha ocular porém descrevendo os eventos somente até 1646, e os dois últimos tendo realizado um trabalho mais acabado, por assim dizer, nos quais se estendeu a descrição da guerra até a capitulação dos neerlandeses. Entretanto, Mello diz que a importância do *Valeroso Lucideno* é evidenciada na medida em que serviu de base para a escrita da *História da Guerra de Pernambuco*, que, por sua vez, foi base para a escrita do *Castrioto Lusitano*³¹.

²⁹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, prólogo ao leitor.

³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 1ª ed. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2021, p. 61-62.

³¹ MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 18-23.

A escrita da história da Guerra Luso-holandesa neste período foi parte fundamental na estratégia de promoção de indivíduos, na propagação de feitos e conquistas de personagens que jamais ascenderiam socialmente, não fosse a invasão holandesa e o desmantelamento da ordem açucarocrata luso-brasileira nas capitânicas da América Portuguesa, figuras como o já mencionado João Fernandes Vieira e Henrique Dias, muito provavelmente, não teriam obtido o prestígio *post bellum*. Aclamado como herói e governador da “Guerra da Liberdade Divina”, Vieira foi eternizado em *O Valeroso Lucideno* como personagem capaz de inúmeros atos de nobreza, generosidade e valentia³². E, apesar dos estorvos de sua origem humilde, difamações e atentados que sofreu, a retórica e narrativa panegírica de Frei Calado foi fundamental na promoção da imagem de Vieira, bem como da sua própria imagem.

Desse modo, como afirma Clementino, considerando-se a rígida estrutura hierárquica do Antigo Regime, trata-se de algo inusitado no mundo lusófono do século XVII o protagonismo de João Fernandes Vieira em *O Valeroso Lucideno*. O resultado dos relatos após a guerra em Portugal lhe rendeu recompensas, titulações nobiliárquicas e posses diante da Corte de D. João IV e seu sucessor³³. No entanto, segundo Manoel Calado por trás de todas as conquistas e feitos humanos, estava a mão de Deus, o favor divino que, de acordo com o autor foi fundamental na vitória de muitas batalhas. São precisamente estas descrições miraculosas que nos interessou evidenciar e analisar neste artigo, como se verá nas inúmeras ocorrências de eventos sobrenaturais descritos por Calado mais adiante.

Providencialismo na Literatura Pré e Pós Cristã:

A concepção de intervenção e providência divina é tão antiga quanto os registros escritos e a literatura. Um dos poemas épicos mais antigos que temos à disposição é a *Epopéia de Gilgamesh*, de origem assíria, embora sua datação não seja precisa, girando em torno da passagem do terceiro para o segundo milênio a.C. (ou a.E.C), foi redescoberto no século XIX, no Iraque. O épico aborda temas como o poder, a responsabilidade de um rei, a amizade, a perplexidade e a busca pela superação da morte. Aborda também a interação entre a humanidade e os deuses. No capítulo três da Epopéia, consta como os deuses e os homens interagiam entre si, auxiliando, punindo e até se relacionando, como quando a deusa Ishtar se declara para Gilgamesh³⁴.

³² CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 4, p. 60.

³³ CLEMENTINO, Kleber. *Mina Secreta, Ariete Forçoso*. Estudos de Cultura Material. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 27-29.

³⁴ ANÔNIMO. *A Epopéia de Gilgamesh*. Tradução de Carlos Daudt de Oliveira. 3º edição. São Paulo: WMF Martins fontes, 2011.

Outro grande poema é o épico grego, a *Iliada*, atribuída e composta por Homero por volta do século VIII a.C., mas que procede da tradição oral. Trata da invasão dos povos gregos (aqueus, lacedemônios, dórios, beócios, etc) à cidade de Tróia, motivada pelo rapto de Helena por Páris, príncipe de Tróia. A *Iliada* faz parte de uma tradição oral poética que, para os gregos, possuía princípios de conduta, como a *hybris* e a presença divina estava em seu cotidiano. É um exemplo de obra referencial, cuja ação divina, através de sonhos, punições e intervenções nos combates e momentos decisivos é constante. No trecho abaixo é possível identificar o episódio em que Zeus incentiva Agamenon ao combate através de um sonho enganoso:

Os outros deuses e os homens, que em carros combatem,
dormiam a noite toda. Somente Zeus pai não gozava do sono,
a resolver no imo peito a maneira de horar o Pelida
e de morrerem à volta das naves Acaios inúmeros.
Dos vários planos pensados, alfim o melhor pareceu-lhe
Ao poderoso Agaménon um Sonho mandar mentiroso³⁵.

Outros textos que podemos citar são o *Poema da Batalha de Kadesh*, que narra a vitória de Ramessés II, faraó do Egito, sobre os hititas, cujo tom propagandístico objetiva legitimar a supremacia do faraó, que recorre à proteção do deus na batalha, justificando sua origem divina, alcançando o favor de Amon³⁶. Há também, como não poderia ser de outro modo, a própria *Bíblia*. Ela narra a história do povo israelita (também denominado hebreu e judeu), cuja divindade veterotestamentária faz um pacto com seu povo através da descendência de Abraão, Isaac e Jacó, e desde então, mantém um relacionamento que se desenrola ora punitivamente, por causa do pecado e da transgressão à lei divina, ora com misericórdia e redenção³⁷. Já o Novo Testamento, o conjunto de livros e epístolas que compõem o texto sagrado cristão, narra a vida do Deus-homem Jesus, o messias esperado pelos judeus da antiga aliança (mas que é aceito apenas por uma pequena parcela do povo judeu, inicialmente), reconhecido como filho do Deus do Antigo Testamento, que promove numerosos de milagres e prodígios, sendo o maior deles, a Ressurreição dentre os mortos. Ademais, também apresenta, nos *Atos dos Apóstolos*, a trajetória dos seus discípulos que também são capazes de, algumas vezes, se relacionar diretamente com Cristo e promover milagres³⁸.

³⁵ HOMERO. *Iliada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021, Canto II, p. 73.

³⁶ CARREIRA, Paulo. Ramsés II e a batalha de Kaesh, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n.9/10 (Ano V – 2006), pp. 181-226 (p. 187-188).

³⁷ BÍBLIA DE JERUSALÉM: Nova edição revista e ampliada. 1ª ed. 2002, 14ª reimpressão. Lisboa: Paulus, 2002, Amós 9:8-15.

³⁸ BÍBLIA DE JERUSALÉM: Nova edição revista e ampliada. 1ª ed. 2002, 14ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2002, Evangelho Segundo São João 2:1-11 e 6:16-21; Evangelho Segundo São Mateus 14:22-33; Atos dos Apóstolos 9:3-22 e 12:1-11.

Já no século IV d.C., Eusébio de Cesaréia, que escreveu a biografia do imperador Constantino, *Vita Constantini*, relata o milagre que este afirma ter presenciado: a visão de uma cruz iluminada no céu, acompanhada, em grego, das iniciais do nome de Cristo. Eusébio descreve que Constantino teria sido orientado portar esse símbolo na batalha contra seu rival, associando-lhe a famosa expressão *in hoc signo vinces* (“com este sinal vencerás”). Em seguida, o próprio Cristo teria aparecido em sonho ao imperador, dissipando qualquer dúvida, já que havia hesitação quanto à veracidade da visão. Após essa confirmação, Constantino adotou o símbolo na Batalha da Ponte Mílvia, interpretando-o como sinal da vitória assegurada pela providência divina.

O mesmo recurso retórico que mais tarde seria empregado por Calado já havia sido utilizado por Eusébio: o paralelismo do auxílio divino na batalha de Constantino contra Magêncio, evocando os tempos áureos do Antigo Testamento, como a Batalha de Gabaon³⁹. Em outras palavras, a partir desse momento, a Bíblia, enquanto texto sagrado, passa a ser constantemente empregada como recurso retórico pelos autores da corrente providencialista, servindo-lhes como fundamento para a descrição de eventos miraculosos em sua própria época. Contudo, é com Agostinho de Hipona que o providencialismo adquire uma formulação sistemática, tanto no campo teológico quanto no filosófico.

Em *A Cidade de Deus*, obra de fôlego de St. Agostinho, o autor rompe com a noção de história cíclica como era até então interpretada no mundo antigo, e propõe uma noção de história linear (importante considerar a coexistência das duas concepções mesmo após Agostinho). De acordo com Silva, a compreensão geral do tempo e da história entre os povos pagãos era marcada pela noção de eras, pelo retorno às origens cósmicas e a repetição contínua dos ciclos cósmicos, com base numa cosmogonia ou conflagração universal ou ainda as duas coisas juntas⁴⁰. Já a compreensão de história linear tem origem nos povos judeu e iraniano, neste se manifestando através da crença num final definitivo da história e de um paraíso futuro, ao passo que para aqueles a linearidade histórica era pautada pela “consciência da manifestação de Deus na história e pela crença na vinda de um messias”⁴¹.

Em virtude disso, Agostinho é o primeiro pensador de nossa era a sistematizar uma filosofia da história da humanidade, a partir da qual o pensamento linear serviu de base. Desse

³⁹ Passagem descrita no Livro de Josué, capítulo 10, versículos 1 ao 14. Descreve a união de cinco reis amorreus contra os gibeonitas, a pedido do rei de Jerusalém, pois haviam feito aliança com Israel. Josué, atende ao pedido de ajuda de Gabaon, marchando durante a noite e surpreendeu os inimigos. A batalha é vencida através do auxílio direto de Iahweh, que despele uma chuva de granizo e congela o sol e da lua que param durante a batalha.

⁴⁰ SILVA, David Brendo. *O Tempo Cíclico e a História Linear em Agostinho*. São Paulo: Fapcom, Paulus, 2018, p. 48.

⁴¹ SILVA, *O Tempo Cíclico e a História Linear em Agostinho*, p. 33-34.

modo, sua compreensão do tempo e da história pode ser sintetizada na noção providencialista, uma vez que o início (criação) e o final (descrito na Bíblia no *Livro do Apocalipse* de São João) da história foram determinados por Deus e resultam mais de sua ação do que da ação do homem. No entanto, essa perspectiva preserva o livre arbítrio humano, pois o desenvolvimento dessa história não está determinado, cabendo ao ser humano fazer suas próprias escolhas, bem como rejeitar ou aderir ao sentido último da história, o próprio Cristo⁴². Assim, afirma Santo Agostinho em *A Cidade de Deus*, dirigindo-se aos romanos, sobre a ação da providência divina:

Deveriam antes, se o avaliassem judiciosamente, atribuir os sofrimentos e durezas que os inimigos lhes infligiram à divina Providência que costuma, com guerras, purificar e castigar os costumes corrompidos dos homens. É a divina Providência que põe à prova a vida justa e louvável dos mortais com tais aflições, para, uma vez provada, ou a transferir para uma vida melhor ou a reter nesta Terra para outros fins⁴³.

Outro importante evento, que guarda semelhanças com os descritos por Calado e no qual é possível traçar paralelos e identificar ecos de sua obra, é a Batalha de Ourique, relatada pelas crônicas tardias. A Batalha teria ocorrido no século XII, por volta de 1139 d.C., no contexto mais amplo da Reconquista da Península Ibérica, estando diretamente ligado ao processo de independência e à formação da identidade portuguesa na historiografia. Entre as fontes mais influentes — ainda que distantes temporalmente do acontecimento — destacam-se a *Crónica de 1419*, de autoria anônima, e a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, ambas apresentando uma narrativa providencialista detalhada do episódio.

Segundo as crônicas, D. Afonso liderou um exército contra os mouros e, após a vitória, foi aclamado como o primeiro rei de Portugal. Apesar de estar em desvantagem numérica em relação ao inimigo, a confirmação da vitória sobre os infiéis — e, por conseguinte, a consolidação da coroa e do povo português — teria se dado pela aparição de Jesus Cristo no céu ao monarca. Desse modo, para Costa, o papel da providência no processo de formação de Portugal teve como objetivo legitimar a identidade nacional, atribuindo-lhe um caráter sagrado e vocacional⁴⁴. Por fim, cabe lembrar que não faltam outros relatos de sinais e milagres ocorridos antes mesmo da Restauração Portuguesa de 1640, como a visão de D. Teodósio, duque de Bragança e pai do futuro rei D. João IV, e o episódio do desprendimento do braço do ícone de Cristo na cruz.

⁴² SILVA, O Tempo Cíclico e a História Linear em Agostinho, p. 52-53.

⁴³ SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. 2ª ed., Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, cap. I, p. 100-101.

⁴⁴ COSTA, Rodrigo Franco da. *A batalha de Ourique e a construção da identidade portuguesa: de Fernão Lopes à Luís de Camões*. *Medievalis*, v. 5, n. 1, 2014, p. 14-19.

Em resumo, o autor está situado numa tradição filosófico-teológica, cuja chave interpretativa da história põe Deus no centro, como protagonista e sujeito da história, delegando aos humanos um papel coadjuvante. É sob essa perspectiva que Eusébio interpreta a vitória de Constantino sobre Magêncio na Batalha da Ponte Mílvia, que Agostinho explica a queda do Império Romano diante dos povos germânicos, e que Duarte Galvão narra a Batalha de Ourique, assim como o fizeram diversos cronistas e poetas portugueses da tradição medieval e moderna. Seguindo essa mesma linha, Frei Calado enxerga a mão de Deus guiando a Restauração da América Portuguesa sob o jugo dos “hereges protestantes”⁴⁵, mas sem ofuscar o protagonismo dos heróis da insurreição.

O Cativo Neerlandês:

Na aclamação do *Lucideno*, no Livro Primeiro, Calado apresenta o tema central a que se dedica, “a liberdade restaurada”, e identifica os sujeitos dessa restauração como “a espada portuguesa/Guiada pela luz do polo santo”. Em outras palavras, trata-se do esforço humano — expresso na resistência, nas batalhas, nos planejamentos estratégicos, nas guerrilhas e nos sacrifícios — mas sempre sob a orientação, direção, intervenção e auxílio divino, de modo que a narrativa se desenvolve como uma “terrena obra, mas celeste empresa”⁴⁶. A narrativa de Calado estrutura-se a partir da concepção de uma guerra santa, na qual, segundo o autor, Deus intervém diretamente, guiando os luso-brasileiros em sua jornada de redenção e restauração da província. Além disso, como se verá adiante, o cronista recorre amplamente à tipologia bíblica e a paralelismos estruturais com as Escrituras, alternando entre prosa e poesia, de modo a conferir à obra um caráter épico.

A estrutura do *Lucideno* tem como base a tríade do pensamento católico: pecado, punição e redenção⁴⁷. No Livro Primeiro, ele define o pecado, suas condições e consequências, apresentando as faltas do povo luso-brasileiro, ao descrever as extravagâncias dos olindenses, responsáveis por aplacar a ira divina e a sua punição através da invasão neerlandesa. No capítulo I, intitulado “*Da origem da destruição e ruína de Pernambuco*”, o autor traça paralelos e estabelece analogias da história de Israel, tal como descrito nas Escrituras, e a realidade da província pernambucana, então parte do reino de Portugal.

Não obstante, ao tratar das consequências e da gravidade do pecado, Calado recorre tanto a autores pagãos — como Aristóteles, Plutarco, Eurípides, Sêneca e Virgílio — quanto a santos da tradição católica, como Agostinho, Anastácio e Gregório Magno, conferindo maior

⁴⁵ Importa destacar que no texto, para que não haja qualquer dúvida, ao chamar os protestantes de hereges, refiro-me a ótica dos católicos luso-brasileiros e do próprio Calado.

⁴⁶ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 1, p. 1.

⁴⁷ BRITO, *A Dialética do Castigo*, p. 80.

solidez a seus argumentos sobre a profundidade dos males oriundos do pecado e as desordens que dele decorrem.

Dessa forma, Calado declara “que coisa tão vistosa e bela era ver o Reino de Israel no princípio de sua desejada felicidade, e no cume de suas bonanças, quando alcançaram de Deus que lhes desse rei”⁴⁸. Assim era o ciclo do relacionamento entre Deus e Israel através das narrativas bíblicas, expresso na tríade acima referida. Nesse contexto, Calado relata que, de forma semelhante, a cidade de Olinda era abundante e fausta antes da chegada dos holandeses. O autor descreve a situação da nobreza e seus luxos — joias, ornamentos, armamentos, banquetes e festas —, destacando sobretudo a produção excessiva de açúcar, principal mercadoria de exportação da capitania, que era tanta que não podia ser transportada integralmente por falta de embarcações suficientes.

Assim, no conforto e na abundância que se encontrava Olinda e a capitania de Pernambuco, seus habitantes, pouco a pouco, foram esquecendo de Deus, dando espaço ao pecado, à deturpação, à perversão e à destruição todas as coisas⁴⁹. Dessa maneira prevaleceu a iniquidade sobre a capitania, onde se podia encontrar toda sorte de injustiça: usuras, onzenas⁵⁰ e ganhos ilícitos, práticas judaizantes, homicídios, adultérios, estupros e roubos. Todavia, tal como no Antigo Testamento, em que Deus enviava seus profetas para alertar e corrigir seu povo, Calado relata que algumas pessoas se levantaram para reclamar as injustiças, como no caso do senhor do engenho de Apipucos, Gaspar de Mendonça, posteriormente censurado. Mas, acima de tudo, foram os sacerdotes que pregavam a respeito daquela situação, cuja homilia mais famosa foi a do padre Fr. Antônio Rosado, celebrada três meses antes da chegada dos neerlandeses⁵¹.

Dessa maneira, podemos identificar o paralelismo do paraíso terrenal semelhante ao Éden, no que se refere a Olinda *ante bellum*. Trata-se de uma construção narrativa da queda, presente em diversos episódios do Antigo Testamento, como o Éden, no Grande Dilúvio, a Torre de Babel, a queda dos reinos de Israel e Judá e a destruição de Sodoma e Gomorra⁵². Só então, depois dessa introdução, tendo estabelecido essa concepção providencialista, Calado prossegue ainda no *Livro Primeiro*, a partir do capítulo II, a narrar a chegada dos neerlandeses, a resistência luso-brasileira e diversos acontecimentos anteriores à aclamação de D. João IV de

⁴⁸ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 1, p. 4.

⁴⁹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 1, p. 4

⁵⁰ Elevadas cobranças de juros.

⁵¹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro I, cap. 1, p. 9; MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 229.

⁵² BÍBLIA DE JERUSALÉM: Nova edição revista e ampliada. 1ª ed. 2002, 14ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2002, Gênesis cap. 3, 6, 9, 11 e 19; Segundo Reis cap. 17; Segundo Crônicas cap. 16.

Bragança em Portugal. No Livro Segundo, Calado descreve a administração do Brasil Neerlandês no período nassoviano, bem como seu relacionamento com o Conde, a Restauração Portuguesa⁵³ e seu impacto nas províncias portuguesas do Atlântico Sul e nos territórios neerlandeses.

Mas é a partir do Livro Terceiro que ele começa a expor as causas e origem da aclamação da liberdade. No primeiro capítulo deste livro, explica como a ambição e a crueldade dos neerlandeses, após a conquista, levou a uma profunda opressão e humilhação dos luso-brasileiros ali residentes, cuja esperança se esvaiu, sobretudo com a partida do Conde João Maurício de Nassau, cuja administração havia sido benéfica para os nativos. Assim, ele descreve o abatimento da população luso-brasileira:

Não tendo já para onde apelar, esses moradores foram obrigados por sua grande miséria e seu desconsolado cativo a olharem para si mesmos e verem, no triste espetáculo de suas próprias pessoas, apagado o brio dos antigos portugueses, esquecida a valentia com que foram criados⁵⁴.

Dirigindo-se a Vossa Majestade, o rei D. João IV, o autor do *Lucideno* explica que, para expor todas as crueldades e ultrajes cometidos pelas autoridades neerlandesas “seriam necessárias uma ou muitas resmas de papel para tão longa escrita”⁵⁵. Haja vista que ele reitera essa mesma afirmação em outros momentos, sendo parte do propósito de sua escrita alcançar graça junto à Coroa, para que abraçasse a causa dos revoltosos. Assim, a descrição de milagres, sonhos, sinais e prodígios narrados tem de valor significativo, visto que está incutida a concepção de guerra santa, que, em sua argumentação e construção narrativa, desenvolve um senso de convocação do celestial ao qual o rei não pode se esquivar.

De acordo com Gonsalves de Mello, ao citar Diogo Lopes de Santiago, a população nativa (tanto luso-brasileiros quanto indígenas) não só teve que lidar com a partida do Conde, a cujo governo se tinham se afeiçoado, mas também com a realidade da nova administração da província, o Supremo Conselho, à qual não havia qualquer simpatia⁵⁶. Não obstante, como que antevendo a Insurreição, baseando-se nos gatilhos da situação econômica deixada na província e nas tensões religiosas ali existentes, João Maurício os alertou sobre a melhor forma de governar, assim como expôs suas sugestões aos diretores da WIC⁵⁷.

⁵³ A Restauração Portuguesa (1640) foi um movimento que pôs fim à União Ibérica (1580-1640), restituindo a independência de Portugal em relação à Espanha. Liderado por nobres portugueses e apoiado por setores militares e urbanos, resultou na aclamação de D. João IV, da Casa de Bragança, como rei, marcando o início de um período de afirmação política, militar e econômica do reino.

⁵⁴ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro III, cap. 1, p. 143.

⁵⁵ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro III, cap. 1, p. 145.

⁵⁶ MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 65.

⁵⁷ BOXER, *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*, pp. 220-222.

A partir de então, Calado relata que inúmeras injustiças, tributos excessivos, crueldades, sacrilégios e toda sorte de maldades foram cometidas pelos holandeses. Cansados de tais abusos, os luso-brasileiros começaram a conceber a revolta e a libertação do cativo neerlandês⁵⁸. Importa mencionar apenas um caso interessante que ele se dirige diretamente ao rei, no contexto de massacres cometidos pelos indígenas tapuias (aliados holandeses) no Rio Grande, o autor relata que uma menina de apenas cinco anos de idade, ao ver seu pai sendo golpeado, une-se a ele e suplica misericórdia, sendo atendida. Calado ressalta, contudo, que tal clemência não se trata de um caso ordinário.

E foi que vendo uma menina de cinco anos dar cruéis golpes a seu pai, se deitou animosa, e voluntariamente em cima de seu corpo, pedindo misericórdia, a qual se lhe outorgou, restituindo-a ao sangue donde se originou misturando, e unindo a puros golpes na filha a carne com a de que tomou o ser⁵⁹.

Com esse intento, os luso-brasileiros começaram a se preparar, seja na troca de informações, seja no abastecimento de suprimentos e armas, a fim de retomar o território tomado⁶⁰. Desse modo, percebemos que, para além do convencimento pela fé, Calado busca sensibilizar seu leitor por meio da narração de episódios que evidenciam a maldade e a injustiça do inimigo, reforçando a legitimidade da guerra⁶¹.

Segundo Cabral de Mello, a crônica de Calado silencia episódios de auxílio divino nos primeiros anos da invasão e conquista da capitania. Para o autor, a divindade se ausentou da guerra de resistência, por ser esta “contrária ao propósito divino de punir a gente da terra”. É como se, após de quinze anos de cativo e subjugação, a providência divina decidisse intervir em favor da população, pronta para obter sua redenção. Dessa forma, sinais e milagres confirmariam a liberdade que Deus estava disposto a conceder, desde que os luso-brasileiros se dispusessem à luta para conquistá-la.

A Celeste Empresa – Milagres, Sinais e Prodígios na Restauração Pernambucana:

A partir do segundo capítulo do Livro III, é narrado como Vieira e os moradores chegaram à conclusão de que apenas o confronto poderia conduzi-los à liberdade, descrevendo as atitudes tomadas para dar início a guerra. Um dos primeiros sinais milagrosos descritos pelo autor teria ocorrido no dia 13 de junho de 1645, dia de Santo Antônio, curiosamente a data atribuída ao início da Insurreição. Segundo a narrativa, nesse dia ocorreu um sinal na igreja do engenho de João Fernandes Vieira, então foragido e suspeito de traição pelo Supremo

⁵⁸ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro III, cap. 1, p. 140-143.

⁵⁹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro III, cap. 1, p. 144-145.

⁶⁰ MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 68.

⁶¹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro III, cap. 1, p. 144-145.

Conselho. Relata-se que, durante a ornamentação do altar de Santo Antônio, o sobrecéu ou dossel — pequena cobertura ornamental colocada acima do altar — desprende-se e caiu dobrado sobre o mesmo altar, diante da imagem do santo. O acontecimento deixou os moradores perplexos, sem compreender de imediato o seu significado. A interpretação, porém, foi de que a festividade não deveria realizar-se naquele local, decidindo-se, então, transferi-la para a Igreja Matriz da Várzea.

Na Igreja Matriz da Várzea, a missa foi celebrada pelo próprio Frei Manoel Calado do Salvador, que costumava pregar em ocasiões festivas, embora sob constante vigilância, para que não incitasse à traição ou ao levante contra os neerlandeses. Contudo, naquela ocasião, o religioso proferiu um sermão claro e incisivo, conclamando abertamente os fiéis ao combate:

Exortou a todos a que se preparassem para tratar da defesa da Fé Católica, e de se livrarem do tirano cativo em que estavam, e que tomassem as armas, lembrando-se que eram Portugueses, filhos e netos daqueles grandes Heróis, que nas mais remotas partes do mundo, tantas proezas, e façanhas, haviam obrado; e que pois o glorioso Santo Antônio depois que se tratou da liberdade, lhes abriu por duas vezes as portas da sua Igreja, havendo-as deixado fechadas e com chave; naquela noite havia despregado o céu do seu dossel do altar, e o havia dobrado, era como se dissesse aos moradores de Pernambuco que não temessem de acometer a empresa, pois ele lhe abria as portas de sua Igreja para os amparar [...]⁶²

É possível identificar, já a partir desta prelação do padre, a construção ideológica da “Guerra da Liberdade Divina”. No sermão, o autor menciona dois milagres atribuídos a Santo Antônio, que serviram de estímulo espiritual e encorajamento à luta em defesa da fé católica. Ademais, é narrado que após a missa, muitos fiéis saíram às lágrimas, profundamente emocionados, mas também tomados de júbilo, coragem e firme propósito de sacrificar a própria vida pela causa da liberdade.

Já deflagrada a insurreição, em 3 de agosto de 1645, o primeiro grande confronto acontece na Serra das Tabocas, nas proximidades da atual cidade de Vitória de Santo Antão. É na Batalha das Tabocas que Manoel Calado descreve com riqueza de detalhes uma série de acontecimentos sobrenaturais, ainda que, curiosamente, não estivesse presente no episódio. As tropas do capitão André Vidal de Negreiros já haviam se juntado às de João Fernandes Vieira quando o comandante das tropas neerlandesas, Hendrick van Haus, partindo da povoação de São Lourenço, alcançou as Tabocas e iniciou o combate. A batalha, entretanto, durou não mais que quatro ou cinco horas, terminando com o recuo dos neerlandeses.

[...] uma gloriosa vitória alcançada pelos merecimentos da Sacratíssima Virgem Maria, Mãe de Deus aos três de agosto deste presente ano de mil e seiscentos e quarenta e cinco, dia do protomártir Santo Estevão, durou este terrível combate quatro

⁶² CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro III, cap. 3, p. 179.

para cinco horas contínuas, da uma e meia depois do meio dia até a noite fechada, que foi a que fez cessar a briga⁶³.

Segundo Calado, há razões para se crer que esta vitória foi “dada pelo céu”. Em primeiro lugar, aplica-se a explicação usual atribuída a eventos de caráter sobrenatural: a desproporção entre os exércitos. As tropas neerlandesas somavam mil e quinhentos soldados bem armados, além de oitocentos indígenas potiguares, enquanto os luso-brasileiros eram apenas mil e duzentos, dos quais apenas duzentos possuíam armas de fogo. Em segundo lugar, destaca-se a insuficiência de recursos bélicos por parte dos luso-brasileiros, em contraste com o bom armamento dos neerlandeses.

[...] as nossas armas eram poucas, e fracas, comparadas com as do inimigo, porque o inimigo trazia mil e quinhentos homens bem armados com armas de fogo, e oitocentos índios Potiguares, inimigos capitais do sangue português [...] E da nossa parte no princípio da peleja não se acharam mais que mil e duzentos homens brancos, e estes com duzentas espingardas, e se foram refazendo de outros cem dos que estavam repartidos por outras estâncias que acudirão ao estrondo da batalha⁶⁴.

Mas o primeiro relato miraculoso ocorrido neste episódio, refere-se a certo homem chamado Jacinto de Teves, que circulou pelo campo de batalha distribuindo munição aos soldados necessitados de pólvora, sem ser atingido. Nesse interim, a maior parte dos disparos dos neerlandeses sequer alcançava os luso-brasileiros, detendo-se no ar, perdendo força e caindo antes de atingir seu alvo.

[...] andando por ordem do Sargento mor um genro de Estevão de Paiva, chamado Jacinto de Teves, repartindo pólvora de um cabacinho, que poderia levar uma libra, andou de uma à outra estância dando pólvora aos que pedião e andando por entre as balas, que eram tão bastas como chuva, não saiu ferido, e dando pólvora a todos os que pedião em todo o tempo que durou a batalha⁶⁵.

Não obstante, esses acontecimentos ocorrem como resposta de orações, invocações e promessas feitas pelos soldados a Deus para que estivesse ao lado deles na batalha, a fé dos insurretos é demonstrada aqui como instrumento de auxílio e verdadeira crença na ação divina, em outras palavras, o autor transmite a atmosfera da forte religiosidade popular, a presença divina não estava alheia àquelas pessoas, não são milagres aleatórios, mas confirmações do céu às orações e súplicas. Ademais, busca justificar a guerra como se verifica neste trecho:

[...] estava junto ao governador um sacerdote com uma imagem de Cristo crucificado nas mãos, animando a nossa gente, e vendo o grande perigo em que estávamos, fez uma exclamação pedindo a Cristo pelos merecimentos de sua paixão, e morte, e pelas

⁶³ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 1, p. 203.

⁶⁴ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 1, p. 204.

⁶⁵ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 1, p. 204.

dores, e angústias que a Virgem padeceu ao pé da Cruz, que não atentasse para nossos pecados [...] e que não permitisse que os inimigos de sua Santa Fé, que tantos agravos lhe tinham feito, profanado seus templos, e despedaçando as sagradas imagens dos Santos, triunfassem do seu povo Católico, que estava pelejando por sua honra, e que pois a empresa era sua, nos desse vitória contra aqueles tiranos hereges, para que o mundo soubesse que aos que pelejavam por a honra de Deus, não lhe faltava o divino favor [...] pediu a todos os grandes encarecimentos, que cada um fizesse seus votos a Cristo nosso Redentor, para que os socorresse, e a Virgem Santíssima mãe sua, para que os favorecesse com sua intercessão, o que todos fizeram, prometendo cilícios, disciplinas, jejuns, romarias, e esmolas; [...]⁶⁶.

É nesta ocasião que Nossa Senhora aparece, vestida de azul e branco, segurando um menino nos braços (o Cristo), acompanhada de um velho venerando em hábito ermitão, descrição atribuída a Santo Antão. Consideravelmente o maior de todos os fenômenos e milagres relatados, é a teofania (do grego *theophaneia*, que significa "manifestação de Deus") do Cristo unido a sua mãe, juntamente com o santo, protetor local. De acordo com a descrição, no curso da batalha, eles auxiliavam os soldados, dando-lhes armas e pólvora para manter-se no combate, chegando a emitir uma forte luz capaz ofuscava a visão dos neerlandeses.

[...] no mais fervoroso, e perigoso da batalha, virão andar entre os portugueses uma mulher muito formosa, vestida de branco e azul com um menino nos braços, e junto a ela um velho venerando, em hábito ermitão, os quais davam armas, pólvoras e balas aos nossos soldados; e que era tanto o resplendor que a mulher, e o menino tinham, que os olhos se lhes ofuscavam, e não podiam olhar para eles de tão forte; e que isto lhe meteu tanto temor, e espanto, que lhes fez logo virar as costas, e retirasse descompostamente.⁶⁷.

Por fim, a impressionante disparidade do saldo final de combatentes mortos, 154 do lado inimigo, contra apenas onze de nossa parte, afirma Mello⁶⁸. Ora, a perda da primeira grande batalha no início da insurreição torna compreensível que possivelmente o moral dos holandeses tenha sido afetado. Mas se levarmos em conta as discrepâncias relatadas acima, juntamente com o discurso providencialista recheado de detalhes de intervenção divina, fica evidenciado o papel de apelação ao convencimento da Coroa e a legitimação da empresa da liberdade como parte de um plano maior.

Por outro lado, essa primeira batalha encheu de esperança e vigor as tropas com a possibilidade real de vitória e reconquista no curso da guerra, que marcharam em direção ao Recife, no calcanhar de Haus. É nesse interim que ocorre também, o sonho de Fernandes Vieira com St. Antônio, no qual o santo o encoraja ao combate e oferece a sua proteção, ao passo que acordando, Vieira declara: “Santo Antônio me manda, eu hei-lhe de obedecer”⁶⁹. Posteriormente, dirigem-se a Casa Forte de Ana Paes, onde as tropas de Haus se encontrava,

⁶⁶ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 1, p. 202.

⁶⁷ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 1, p. 204-205.

⁶⁸ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 1, p. 202-206; MELLO, *Rubro Veio*, p. 255.

⁶⁹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 2, p. 218.

mantendo reféns. Lá, ocorre outro sinal da providência, um homem pobre chamado Frasão, próximo ao local segurava uma imagem de Nossa Sra. que começou a suar, reconhecendo-o como milagre, o homem grita e ao se aproximar, os soldados enxugam o suor com pano que se torna relíquia. E quando a imagem acessa o meio das tropas luso-brasileiras para abençoar o combate, o inimigo se rende misteriosamente.

[...] gritando o dito Frasão, “Milagre, milagre, que a imagem da Virgem Maria esta suando”. Acudirão logo muitos de nossos soldados, e vendo suar a sagrada imagem, lhe alimpavam as gotas do suor com os lenços, e os guardaram como santas relíquias; e em lhe acabando de limpar umas, brotavam logo outras (caso milagroso) tanto que a imagem da puríssima Virgem Maria entrou em nosso esquadrão, logo os inimigos enfraqueceram de tal sorte, que começaram a deitar por as janelas da casa panos brancos, em sinal de paz, e de que se queriam render [...]”⁷⁰.

Além desses, há o milagre do Forte de Penedo, de forma semelhante ao de Casa Forte, subitamente leva o inimigo à rendição. Já em setembro daquele mesmo ano, encontram grande dificuldade para tomar o Forte. Mas com a chegada do capitão Nicolau Aranha e seu irmão Pedro Aranha, ocorre um evento miraculoso. Ouve-se vozes cantando, ao que Pedro Aranha sugere ser as vozes dos defuntos do purgatório, prometendo uma missa no dia seguinte. É descrito que ao fim da missa, os holandeses se entregam, simples assim.

Tinha o Sacerdote consagrado o Corpo de Cristo Nosso Salvador, e querendo levantar em alto, disparou o inimigo da fortaleza uma peça de artilharia, e toda a nossa infantaria lhe respondeu com uma carga cerrada de mosquetaria, e tornou a secundá-la com outra ao alevantar o cálice consagrado e tão grande foi o estrondo que o inimigo ficou admirado. Acabou-se a Missa e o inimigo começou a chamar com um atambor, mandamos ver o que queria, respondeu que se queria logo entregar⁷¹.

Este relato em específico, de acordo com Cabral de Mello é criticado por Rafael de Jesus e Diogo Lopes como exagerado e possivelmente falso. Como já referido, tanto para Lopes, quanto para Jesus, a obra de Calado serviu como referência, mas não em todos os aspectos. No caso do milagre do Forte de Penedo, Diogo Lopes explica o episódio sem apelar para ação milagrosa, afirmando que certo oficial holandês, que se dirigia para a Bahia como prisioneiro, aconselhou o comandante da fortaleza a se render, pois não havia auxílio do Recife para dar continuidade ao combate. Já Rafael de Jesus, concorda com Lopes e acrescenta o relato de uma testemunha que não se referiu a fatos milagrosos “ou por ignorá-los ou por julgá-los falsos”.

⁷⁰ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 2, p. 222.

⁷¹ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro IV, cap. 4, p. 261.

No entanto, isso não significa que ambos ignorem os relatos milagrosos ou desqualifiquem totalmente Calado, pelo contrário, endossam, muitas vezes, como na descrição do milagre das Tabocas, em que Jesus reitera os exageros da batalha, afirmando que “durante cinco horas contínuas, as espingardas dos soldados luso-brasileiros fizeram em média mais de cinquenta disparos, sem que nenhuma se quebrasse, embora as mãos já não pudessem suportar o calor do ferro”. É necessário ter em mente que Rafael de Jesus também era sacerdote, embora, ao que parece, buscasse em suas descrições e críticas à Calado, transmitir um relato mais equilibrado dos eventos. Segundo Mello, a objeção de Jesus se refere ao propósito do milagre segundo a doutrina católica, cujo objetivo é de persuadir os incrédulos ou ajudar os fiéis nas dificuldades que não conseguem superar por seus próprios meios, condições não verificadas no episódio de Penedo⁷².

Há ainda diversos outros relatos ao longo da obra, tanto de pequenos sinais, quanto de discursos, orações, invocações a Nossa Senhora e diversas vitórias em batalhas atribuídas à providência divina, como por exemplo o favor alcançado por Filipe Camarão, no Rio Grande ao enfrentar índios potiguares⁷³. Dessa forma, o exagero narrativo do autor em transmitir a ideia de que a guerra estava sendo conduzida por Deus através de sonhos, pequenos sinais, discursos proselitistas carregados de emoção, até mesmo aparições e intervenções diretas nas batalhas, tem como objetivo a justificação da guerra como aprovada pelo próprio Deus, sobretudo, por que os avanços e vitórias nas batalhas favorecem essa narrativa. Aponta também para a religiosidade popular exacerbada da tradição católica portuguesa, que abraça e cria a atmosfera sobrenatural em situações de crise e conflito. Assim, por meio da escrita erudita, Calado contribuiu para a construção de um imaginário popular da Restauração Pernambucana sob a égide divina.

Considerações Finais:

Portanto, o papel da providência na retórica e interpretação de Frei Manoel Calado dos acontecimentos em seu tratado, converge para a compreensão de que dadas as devidas condições que se encontrava o império português, no impasse de proteger sua fronteira recém reconquistada de um lado, e estabelecer o diálogo diplomático com os Países Baixos, de outro, contexto favorável para descrever uma América Portuguesa que estava de fato nas mãos de Deus. Ademais, a disparidade de forças entre as tropas insurretas e holandesas, endossava ainda mais a brecha para que se interpretasse a Restauração sob o prisma do providencialismo.

⁷² MELLO, *Rubro Veio*, p. 255-258.

⁷³ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro V, cap. 1, p. 311.

E a semelhança da época atribuída a formação de Portugal, da Batalha de Ourique, infere-se do texto certo espírito de unidade nacional, a partir do qual, séculos depois a historiografia brasileira recorrerá para legitimar a formação da identidade nacional. Conclui-se, portanto, que o Frei quis demonstrar seus relatos, para além de qualquer dificuldade encontrada, seja logística, bélica, numérica ou de suprimentos, que Deus tinha um plano para aquela província. Pois, se por um lado, permitiu a vitória e o triunfo inicial dos holandeses, foi como castigo, a fim de os purificar de suas iniquidades.

Se verifica também o caráter político de sua obra como panegírico, através da promoção da imagem dos heróis da restauração, sobretudo na pessoa de João Fernandes Vieira, como proclamador da “Guerra da Liberdade Divina”. Mas também de sua própria imagem, ao passo que retrata a si mesmo como figura ilustre, tanto entre a população dos luso-brasileiros, quanto dos holandeses, na busca por preservar sua dignidade, autoimagem e fidelidade à Coroa em relação aos seus detratores. Assim, seu objetivo de publicação visou retratar o bom trabalho que fez em disseminar a fé católica, manter sua lealdade à Coroa e “representar a Sua Majestade a obrigação que tinha de socorrer a aquele atribulado povo, e a aqueles seus leais vassallos que em tanta apertura estavam”⁷⁴.

Conclui-se que o papel da narrativa providencialista de Calado tem como propósito justificar o conflito através de uma concepção de guerra santa, sagrada e providencial. Identificados através dos discursos proselitistas feitos por ele e outros sacerdotes, como na exortação que ministrou na Igreja Matriz da Várzea no dia de Santo Antônio, explicando que o enfretamento e expulsão dos holandeses de suas terras se tratava da “defesa da Fé Católica”. Sendo assim, ao descrever massacres, explorações e injustiças cometidas pelos neerlandeses antes da Restauração e descrição de milagres e intervenções divinas, pavimenta o terreno narrativo para explorar o favor divino numa guerra devidamente autorizada, incentivada e amparada pelo céu.

⁷⁴ CALADO, *O Valeroso Lucideno*, livro VI, cap. 3, p. 356.

Referências Bibliográficas:

ANÔNIMO. *A Epopéia de Gilgamesh*. Tradução de Carlos Daudt de Oliveira. 3º edição. São Paulo: WMF Martins fontes, 2011.

BÍBLIA DE JERUSALÉM: Nova edição revista e ampliada. 1ª ed. 2002, 14ª reimpr. São Paulo: Paulus, 2002.

BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português, 1415-1815*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. *A Dialética do Castigo: Histórias de um Frade no Brasil Holandês*. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 2012.

CALADO, Frei Manuel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 1ª ed. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648.

CARDIM, Pedro. “*Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I*”. In POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luís Oliveira (coord.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

CARREIRA, Paulo. “Ramsés II e a batalha de Kaesh”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n.9/10 (Ano V – 2006), pp. 181-226.

COSTA, R. DE C. R. DA. “*Frei Manoel Calado entre católicos e calvinistas: intolerâncias religiosas em territórios coloniais neerlandeses do século XVII (1630-1654)*”. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 20, n. 63, p. e206306, 14 ago. 2024.

COSTA, Rodrigo Franco da. “*A batalha de Ourique e a construção da identidade portuguesa: de Fernão Lopes à Luís de Camões*”. *Medievalis*, v. 5, n. 1, 2014.

CLEMENTINO, Kleber. *Mina Secreta, Ariete Forçoso*. Estudos de Cultura Material. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-46.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Mundo português e mundo ibérico*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial 1580-1720*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 107-167. Capítulo 2.

DURANT, Will. *A História da Civilização: Começa a Idade da Razão*. v. 7. Rio de Janeiro: Editora Record, 1961.

EUSEBIUS. *The Life of the Blessed Emperor Constantine, in Four Books: From 306 to 337 A.D.* London: Samuel Bagster and Sons, 1845.

HOMERO. *Iliada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

RAMOS, Rui; SOUZA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

SANCHEZ, Luis. "*O Velho Império de Carlos V*". Revista de História da USP, São Paulo, v. 3, n. 7, 1951.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. 2ª ed., Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SILVA, David Brendo. "*O Tempo Cíclico e a História Linear em Agostinho*". São Paulo: Fapcom, Paulus, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. *"Tempo dos Flamengos: A Experiência Colonial Holandesa."* In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Coleção O Brasil Colonial 1580-1720. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014, p. 227-265. Capítulo 4.